



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

4º REUNIÃO ORDINÁRIA

17 DE MARÇO DE 2015

MENSAGENS

01- PROJETO DE LEI 134/2015 - Mensagem nº 003/2015

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre a Criação do Cadastro Informativo Estadual - CADIN Estadual e dá outras providências.

RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

02- PROJETO DE LEI 170/2015 - Mensagem nº 006/2015

Autor: Poder Executivo

Alteração do Art. 8º da Lei nº 17.639, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre o Programa Luz Fraterna.

RELATOR: DEP. GUTO SILVA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei n. 17.639/2013. Súmula: Dispõe sobre o Programa "Luz Fraterna" e revoga as Leis Estaduais nº 14.087, de 11 de setembro de 2003 e nº 15.922, de 12 de agosto de 2008.

.....

Art. 8º. As atuais unidades consumidoras beneficiadas pelo Programa Luz Fraterna e as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica devem se adequar aos requisitos previstos nesta Lei até 31 de dezembro de 2014, sob pena da perda do benefício. [\(Redação dada pela Lei 18058 de 30/04/2014\)](#)

Parágrafo único. Os atuais consumidores ainda não inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais, mas que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC da União Federal, terão dilação do prazo de adequação até 31 de dezembro de 2014, desde que indiquem às concessionárias, permissionárias e autorizadas o Número do Benefício - NB consignado pelo Instituto Nacional do Seguro Social, INSS. [\(Incluído pela Lei 18058 de 30/04/2014\)](#)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

03- PROJETO DE LEI 164/2015 - Mensagem nº 005/2015

Autor: Poder Executivo

Nova Redação aos dispositivos que especifica Lei nº 18.419, de 07 de janeiro de 2015, que estabeleceu o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. TIAGO AMARAL

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei n. 18.419/2015. Súmula: Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.

04- PROJETO DE LEI 178/2015 - Mensagem nº 007/2015

Autor: Poder Executivo

Nova redação aos Arts. 1º e 2º da lei nº 12.217, de 15 de julho de 1998, que autorizou o Poder Executivo a ceder imóveis situados nesta Capital à associação mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - AMCIPI e à Associação Beneficente Renascer - ASCER.

RELATOR: DEP. CLAUDIA PEREIRA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei n. 12.217/1998. Súmula: Autoriza o Poder Executivo a ceder imóveis situados nesta Capital, à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - AMCIPI e à Associação Beneficente Renascer - ASCER, conforme especifica.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - AMCIPI, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com área de aproximadamente 2.500,00 m², parte remanescente da área descrita na transcrição nº 16.111, do Livro 3-F, do Cartório de Registro de Imóveis da V Circunscrição da Comarca de Curitiba, com os seguintes limites e confrontações: 40,50 m de frente para a Rua Imaculada Conceição; 61,70 m pela lateral direita de quem de mencionada rua olha o lote confrontando com área pertencente à PUC; 61,70 m pela lateral esquerda segundo a mesma orientação, confrontando com área remanescente do Estado; e 40,50 m na linha dos fundos, confrontando com área remanescente do Estado.

Parágrafo único. A área de que trata o "caput" deste artigo, será cedida à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - AMCIPI, para que aquela entidade ali construa as instalações e mantenha em funcionamento sua sede, dando, assim, continuidade ao atendimento que vem fazendo a crianças portadoras de necessidades especiais, podendo a mesma ser retomada a qualquer tempo pelo Estado do Paraná, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, permitida prorrogação por 10 (dez) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo mencionada área ser utilizada para outros fins, nem ser transferida a terceiros, sob pena desta cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a Instituição cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Beneficente Renascer - ASCER, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com área de 3.804,77,00 m², parte remanescente da área descrita na Transcrição das Transmissões nº 16.111, do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, com os seguintes limites e confrontações: 51,84 m de frente para a Rua Imaculada Conceição; 80,14 m pela lateral direita de quem olha da mencionada rua o lote, confrontando com área remanescente do Estado; 65,48 m pela lateral esquerda segundo a mesma orientação, confrontando com a Rua Guabirota; e 49,69 m na linha do fundo, confrontando com área remanescente do Estado.
[\(Redação dada pela Lei 17890 de 26/12/2013\)](#)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Parágrafo único. A área de que trata o "caput" deste artigo, será cedida à Associação Beneficente Renascer - ASCER, para que aquela entidade ali construa as instalações e mantenha em funcionamento sua sede, dando, assim, continuidade aos trabalhos de reabilitação e socialização a pessoas portadoras de necessidades especiais, podendo a mesma ser retomada a qualquer tempo pelo Estado do Paraná, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, permitida prorrogação por 10 (dez) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo referida área ser utilizada para outros fins, nem ser transferida a terceiros, sob pena desta cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, mencionada Instituição cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

PROJETOS DE LEI EM ULTIMA DISCUSSÃO

05- PROJETO DE LEI 06/2015

Autor: Rasca Rodrigues

Dispõe sobre a Instalação de hidrômetros Individuais, e dá outras providências.

RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

06- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 13/2015 – **REGIME DE URGÊNCIA******

Autor: Professor Lemos; Schiavinato; Ademir Bier e Elio Rusch

Altera o Artigo 1º da Lei Complementar nº 184 de 2015, incluindo o Município de Formosa do Oeste na Região Metropolitana de Toledo.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Súmula: *Instituição da Região Metropolitana de Toledo e adoção de outras providências.*

Art. 1.º *Institui, na forma do § 3º do art. 25 da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Toledo, constituída pelos Municípios de Toledo, Assis Chateaubriand, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa e Tupãssi.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS DE LEI EM 2ª DISCUSSÃO

07- PROJETO DE LEI 30/2015

Autor: Maria Victória

Dispõe sobre a criação de observatório de Proteção Integral à Infância e Adolescência.

RELATOR: DEP. TIAGO AMARAL

08- PROJETO DE LEI 117/2015

Autor: Paranhos

Exime Agentes Públicos do Pagamento de Indenizações ao estado ou a terceiros, por dano material causado na condução de viatura pública em decorrência da prestação de serviço público de urgência e emergência, aplicada a responsabilidade objetiva do estado, na forma que especifica.

RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

09- PROJETO DE LEI 37/2015

Autor: Anibelli Neto

Os Estádios de Futebol, Ginásios Esportivos e Clubes Sociais do estado do Paraná ficam obrigados a criar e manter locais reservados para acomodação de Portadores de Deficiência Física.

RELATOR: DEP. PERICLES DE MELLO

PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO

10- PROJETO DE LEI 122/2015

Autor: Gilberto Ribeiro

Estabelece regras de segurança aos estabelecimentos comerciais e congêneres que disponham de áreas de lazer para o público infantil no âmbito do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

11- PROJETO DE LEI 23/2015

Autor: Pastor Edson Praczyk

Institui o Alerta Amber no âmbito do Estado do Paraná.

****Anexo PROJETO DE LEI 119/2015**

Autor: Paranhos

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI

12- PROJETO DE LEI 70/2015

Autor: Dr. Batista

Fará parte da grade curricular a disciplina de "Educação Moral e Cívica," a ser implantado no Ensino Fundamental e Médio.

RELATOR: DEP. PERICLES DE MELLO

13- PROJETO DE LEI 10/2015

Autor: Professor Lemos

Determina que os Concursos Públicos para o provimento de vagas para as Funções da Educação Pública da Rede Estadual, sejam realizados no prazo máximo de dois anos.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

14- PROJETO DE LEI 95/2015

Autor: Claudia Pereira

Proíbe revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

15- PROJETO DE LEI 151/2015

Autor: Alexandre Guimarães

Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilidade de gravações telefônicas aos consumidores.

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

16- PROJETO DE LEI 16/2015 –

Autor: Douglas Fabricio

Autoriza o transporte de estudantes da educação superior através do Programa Estadual de Transporte Escolar, instituído pela Lei 11.721/1997.

****Anexo PROJETO DE LEI 39/2015**

Autor: Tercílio Turini

RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 11.721/1997. Súmula: *Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar que terá como objetivo transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.*

17- PROJETO DE LEI 54/2015

Autor: Péricles de Mello

Torna obrigatória a informação expressa às embalagens de produtos alimentares produzidos e comercializados com agrotóxicos e afins, no Paraná.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

18- PROJETO DE LEI 24/2015

AUTOR: Cantora Mara Lima

Institui Campanha de Redução do Consumo de Água.

RELATOR: DEP. GUTO SILVA

19- PROJETO DE LEI 112/2015

Autor: Requião Filho

Altera a redação do art. 31 da lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, e confere às micro e pequenas empresas, nos casos de aquisição de produtos sujeitos à substituição tributária, o direito de pagar o ICMS pela alíquota máxima a elas aplicáveis, tendo como base de cálculo o valor real da operação.

RELATOR: DEP. TIAGO AMARAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N 11.580/1996. Súmula: *Dispõe sobre o ICMS, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996 e adota outras providências.*

....

Art. 31. *É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.*

Parágrafo único. *Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de noventa dias, o contribuinte substituído poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, observado o disposto no § 5º do artigo 30.*

20- PROJETO DE LEI 143/2015

Autor: Rasca Rodrigues

Dispõe sobre a Criação do Conselho Tutelar de Proteção aos Animais - CTPA, no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. CLAUDIA PEREIRA

21- PROJETO DE LEI 20/2015

Autor: Pastor Edson Praczyk

Determina a proibição do sistema de utilização de comandas pelos estabelecimentos que especifica, no estado do Paraná.

RELATOR: DEP. TIAGO AMARAL

22- PROJETO DE LEI 156/2015

Autor: Tercilio Turini

Proíbe no âmbito do estado do Paraná, a instalação de empresas de fundição de chumbo.

RELATOR: DEP. FELIPE FRANCISCHINI

23- PROJETO DE LEI 139/2015

Autor: Nereu Moura

Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, aos senhores ALDAIR TEODORO DA SILVA - TEODORO e GENTIL APARECIDO DA SILVA – SAMPAIO, da dupla sertaneja “Teodoro e Sampaio”.

RELATOR: DEP. FELIPE FRANCISCHINI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

24- PROJETO DE LEI 25/2015

Autor: Maria Victoria

Institui a Semana de Conscientização de Defesa da Educação Inclusiva.

RELATOR: DEP. CLAUDIA PEREIRA

25- PROJETO DE LEI 33/2015

Autor: Anibelli Neto

Institui no Estado do Paraná, a semana de valorização das pessoas portadoras de câncer (neoplasia maligna), a ser celebrada, anualmente, na semana que inclui o dia 27 de novembro – dia Nacional de Combate ao Câncer.

RELATOR: DEP. PERICLES DE MELLO

26- PROJETO DE LEI 14/2015

Autor: Douglas Fabricio

Concede ao município de Maripá o título de Cidade das Orquídeas”.

RELATOR: DEP. GUTO SILVA

27- PROJETO DE LEI 41/2015

Autor: Ney Leprevost

Institui o dia de Conscientização sobre Saúde do Prematuro, a ser comemorado anualmente em 17 de novembro.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

28- PROJETO DE LEI 93/2015

Autor: Ademar Traiano

Concessão de título de Utilidade Pública à Associação Hospitalar Beneficente Moacir Micheletto de Assis Chateaubriand - PR, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand - PR.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA